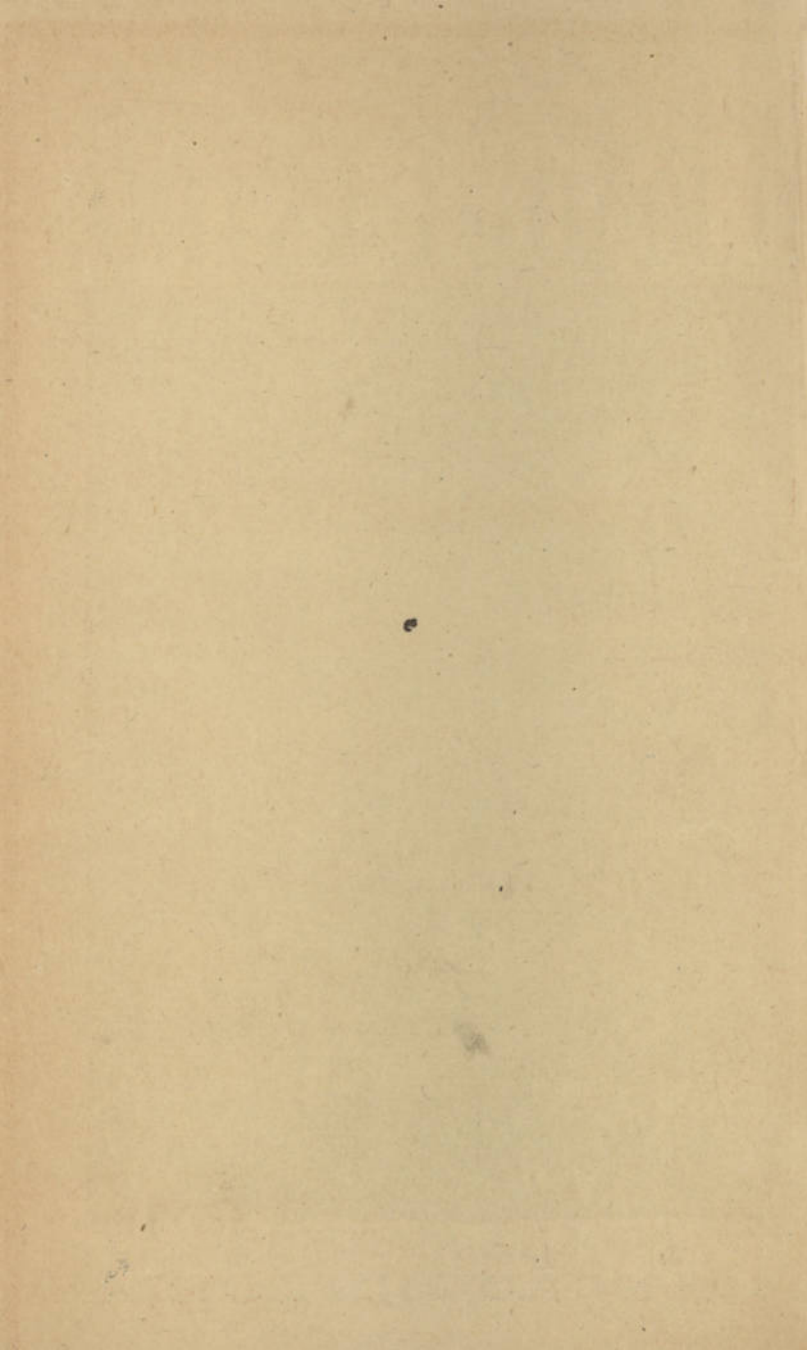


~~1282~~  
HEROES SANTOS E MARTIRES DA PATRIA  
D. JOÃO DE CASTRO



ROCHA MARTINS  
COLEÇÃO HISTORIA

L. 354062 P.



1909

N.º 18578

ROCHA MARTINS  
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

9 Novembro de 1909

BIBLIOTECA NACIONAL  
LIVRARIA SCIENTIFICA

HEROIS, SANTOS E MÁRTIRES  
DA PÁTRIA

C. 4  
Des. 190  
No 445-5

~~18578~~

D. JOÃO DE CASTRO

L. 35706<sup>2</sup>P.

— CAPA ILUSTRADA POR —  
D. RAQUEL GAMEIRO OTTOLINI

R.P.L.  
6899  
18-10-1909

4.º FASCÍCULO — 2.º VOLUME

COLEÇÃO «HISTORIA»  
— RUA DO ALECRIM, 61 —  
LISBOA  
EDIÇÃO DO AUTOR

Os Grandes Amores  
— de Portugal —

TITULOS DOS CAPÍTULOS:

- I. — Linda Inês.
- II. — Desvario de Rainha.
- III. — Flôr de Altura.
- IV. — A Amada do Camareiro.
- V. — O Drama de Vila Viçosa.
- VI. — Relicário de Paixão.
- VII. — «Senhora de Bem Fazer».
- VIII. — Sórora Mariana.
- IX. — Sombra de Rei.
- X. — Madre Paula.
- XI. — Dona Flôr da Murta.
- XII. — O Bichinho de Conta.

Heróis, Santos e Mártires  
— da Pátria —

TITULOS DOS CAPÍTULOS:

- I. — Rainha Santa.
- II. — O Condestável.
- III. — O Vêdor de Sâgres.
- IV. — Infante Santo.
- V. — Cavaleiro da Morte.
- VI. — O Decepado.
- VII. — A Princesa Santa Joana.
- VIII. — Vasco da Gama.
- IX. — O Grã-capitão.
- X. — D. João de Castro.
- XI. — Camões.
- XII. — O Fantasma de D. Sebastião.

Comp. e impr. na —

Rua' do Alecrim, 61

— LISBOA





## PRIMEIRO QUADRO

# O REFÚGIO DE D. JOÃO DE CASTRO

**D**. JOÃO DE CASTRO entregava-se ao seu dilecto prazer de boas letras na quinta da Fonte de El-Rei, depois chamada da Penha Verde, em Sintra. Comprazia-se naquêlê lugar de doçura e recolhimento, bem regado, onde as nascentes sussurravam e a vegetação alastrava soberbamente.

Já vira, a êsse tempo, bem exóticas florescências e tanto o tinham impressionado que anotara suas bizarrias, assim como todas as outras expressões da natureza deparadas nas suas viagens.

Era nobilíssimo e pobre aos quarenta e dois anos; consorciara-se, quasi aos trinta, com sua prima D. Leonor Coutinho, da casa Marialva. Não deviam ser também muito avultados os bens da noiva, o que pouco importaria ao estóico e valoroso soldado cujos

## D. JOÃO DE CASTRO

avós, andando na guerra e no Paço, não tinham amealhado.

O pai, D. Alvaro de Castro, senhor do Paúl de Boquilôbo, a-pesar-de muito privado de reis, pouco ganhara em fortuna; a mãe D. Leonor de Noronha, filha dos condes de Abrantes, queridos de D. João II, decerto não levara grandes réditos para o lar illustre cujo descendente só imaginava proezas de glória.

Educado com esmero e desperta a sua inteligência para o estudo, duma maneira notável, tivera um amigo, de sangue real, tão afeito às congeminações literárias e scientificas como êle próprio.

O Infante D. Luís, nado do segundo casamento de El-Rei D. Manuel, sendo o quarto fruto dos amores, sempre apaixonados, do monarca da boa ventura, era seis anos mais novo do que o seu parceiro nos arroubos da sabedoria.

O duque de Beja tinha por áio o senhor de Unhão, D. Ruy Téles de Menezes, que se desvanecia nas tendências do príncipe, ao vê-lo dedicar-se aos trabalhos, com afan.

Estudara com o seu companheiro D. João de Castro nas aulas do matemático Pedro Nunes, cuja fama devia galgar os séculos; prenderam-se ambos nos mistérios da cosmografia, mas os aborridos tratados e os rigorosos cálculos recebiam uma suave compensação em seus espíritos porque ambos os alternavam com a literatura e a poesia.

Geralmente os grandes fidalgos e, sobretudo, os descendentes dos monarcas, não possuíam a sensibilidade necessária para amar os poetas em admiração funda. É que mal vi-

bravam ante as manifestações do génio, e como se finge sempre desdenhar o que não se alcança, nas Côrtes de iletrados os pobres vates passavam por bôbos inúteis ou chocarreiros, sendo tidos como farsantes.

Não acontecera assim nos Paços de D. Manuel e, para demais, o Infante, apaixonado pela beleza das concepções literárias, sabia animar os talentosos.

Era amigo de Gil Vicente; prendia-se no convívio de D. João de Castro.

Ligaram-se ambos. Debruçados sôbre os livros, foram comungantes da sciência.

Na época sombria que despontava seriam luzeiros, um e outro mal compreendidos, segurando seus fachos ante as rajadas da ganância e do fanatismo.

D. João III, ao subir ao trôno, levava comsigo todo o torturante desespêro dum amor insatisfeito.

Nascera num dia de catastrofes. Uma horrorosa tempestade devastara parte da cidade; na hora do seu batismo rebentou um incêndio na Alcáçova. Desatento aos mestres que o adulavam, sómente se deleitava em boas leituras de polido estilo. Ouvia João de Barros, o cronista, de preferênciam aos outros educadores que chegavam com as suas complicadas sciências e, num grande desvanecimento, animava-o a bem escrever para deixar memória do que se passasse no seu reinado.

Crescera de alma poética; sentia-se o futuro senhor dum grande império; sorria-lhe a existência e todo se perfumava nos sonhos das velhas cavalarias dos tempos de Clarimundo, cujas narrativas deslumbrantes o historiador composera para êle.



## D. JOÃO DE CASTRO

Contava dezasseis anos e ia casar. Formosa era a mulher que lhe davam. D. Leonor, irmã de Carlos V, exalçava na sua beleza mais do que o brilho duma corôa imperial. Era arrebatadora e tanto que El-Rei D. Manuel, ao vê-la, ficara enfeitiçado.

Tivera sempre dêstes impulsos ante as princezas destinadas a outros noivos. Já quando, na mocidade, vira a preciosa Isabel que chegava cheia de ardência para casar com seu sobrinho D. Afonso, êle, então longe do trôno, simples duque de Beja, enraivara-se, a ponto de querer afastar-se da Côrte, só o detendo o mêdo que lhe inspirava o cunhado, D. João II. De resto mal ocultara o seu amor súbito.

D. Leonor, a irmã, tão provada de desgostos, percebera como êle cobiçava a noiva do herdeiro da corôa.

A ventura tomara-o no seu regaço. Depois do desastre do Campo do Alfange, no qual perecera o marido da encantadora castelhana, êle tornou-se o seu sucessor no trôno e logo o quiz ser no coração de quem o fascinara.

Estando viúva e cada vez mais bela, duplamente o atraía. Amara-a como um louco; depois vira-a morrer e mergulhara no desalento.

Mas, ao deparar com a noiva do filho, sucedera-lhe o mesmo que outróra. Ficara seduzido. Apetecera-a. Pedira-a para si e o mancebo em cujo coração dealbava um cântico de amor, teve por madrastra a que devia ser sua espôsa.

Taciturnara-se. Feneceram no seu ânimo as ilusões. Como se descesse para sempre



um ocaso no seu espírito, o moço, que era alegre e dado aos prazeres, a ponto de não escutar os mestres, tornara-se sorumbático e meditativo.

Ela fôra arrastada para o leito do velho concupiscente, mas na sua alma palpitava sempre a revolta. Indignara-se, decerto; obedecera como um instrumento mas, sentindo o sacrificio, não deixava de procurar nos olhos de D. João algum dos sinais de affecto.

Devia encontrar apenas os de desespero. Quizera, naturalmente, que ella repudiasse o trato infame, preferindo a morte ou a clausura perpétua àquele casamento vil; que arrosasse com a cólera furibunda do imperador, seu irmão, mas não satisfizesse o capricho do rei caduco, cravando no seu peito um punhal afiado: o do zêlo, o do ciúme pelo próprio pai.

Melancólico, metido nos casos mais complicados da Fé, dedicado ao Céu, já que a terra só lhe dera desgostos, quando se viu alçado à realza, não amou a púrpura.

Chegara o momento de se casar. Hesitou. Sentira escrúpulos; calcara o amor, deixando partir a viúva de seu pai, a-fim-de se consorciar com Francisco I, e tornara-se o marido de D. Catarina, irmã da mulher que tanta influencia exercera no seu carácter.

Não sorria. Rígido, féro, todo de devoções, precedera, no feitio, o sinistro Filipe, seu sobrinho.

Desejava todos os homens domados ao seu temperamento. Proclamara a infelicidade dos vassallos.

O irmão D. Luís, a-pesar-de todas as tendências do Rei, do alastramento das supers-

## D. JOÃO DE CASTRO

tições, do fanatismo que subia torvamente, dera-se a amar uma judia, lindíssima, Violante Gomes, logo tornada mãe dum filho do seu amor. Chamavam-lhe, com desdém, a *Pelicana*. Que importava? O pelicano era a ave do timbre de um dos mais gloriosos principes de Aviz, do seu grande antepassado, D. João II.

Nesta atmosféra se vivia, ao tempo em que D. João de Castro se deleitava, na quinta amena, cheia de sombras, lendo e traçando suas escritas. Vivera largamente uma existência de rude soldado.

Contando dezoito anos largara todas as considerações que o podiam prender aos estudos e decidira ser guerreiro. Volitavam na sua mente as poéticas evocações de outras eras. Queria combater e passára à África como um paladino, procurando, talvez, reproduzir as façanhas dos cavaleiros legendários.

Os poetas tudo julgam possível. Sob o arnês e a cota, o moço praticara prodígios. Nove anos labutara nos combates. Estivera nas pelejas mais do dôbro do tempo usual em tais lides.

D. Duarte de Menezes, governador de Tanger, neto do conde de Viana, cujo nome soava entre os infiéis como o dum terrível inimigo, capaz de todas as vitórias, encarara com profunda atenção o jóven batalhador.

Reconhecera-o como da sua grei. Revia nêle a sua mocidade impetuosa. Por suas próprias mãos o armou cavaleiro. Dirigia ao novo rei o maior elogio do soldado que vira nas ardidias lutas:

«D. João de Castro havia servido de maneira que nenhum posto ou mercê já lhe

seria grande: que Sua Alteza o devia honrar, porque as lembranças dos Reys fazião soldados e era justo que aos olhos de tão grande Príncipe não ficassem sem premiar as virtudes».

O prémio com que o Monarca satisfez a recomendação do illustre fronteiro de Tanger era tão minguado, que mais parecia uma esmola lançada a algum mendigo, num dia de complacência real, do que o galardão para serviços de monta prestados pelo juvenil guerreiro. Deu-lhe a comenda de Salvaterra, na Ordem de Cristo.

Era cavaleiro e continuava pobre. Podia obter mais réditos se acaso o tentasse o oiro ou em seu espirito dominasse o feitio de cortesão. Combatia e depois recolhia-se à sombra da sua quinta da Fonte de El-Rei, da Penha Verde, aguardando melhores dias.

Ganhara uma grande compostura. Era rígido. A pobreza dera-lhe um mais intenso parecer porque a aliava a uma glória ganha com um altíssimo esforço.

Vivia com a espôsa e amava-a. Os filhos D. Alvaro e D. Fernando andavam a adestrar-se, improvisando lances guerreiros, em joguetar infantil, emquanto o pai revolvía na mente os mesmos sonhos que animavam as duas crianças.

Os pequenitos ambicionavam as guerras e as vitórias, nas suas correrias; triunfos e pelepas desejava o herói, em sua cogitativa existência na retirada quinta de Sintra.

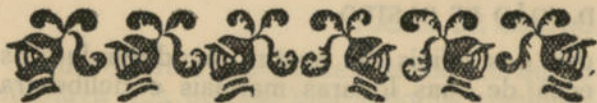
O amigo, o Infante D. Luís, não o esquecera durante aquella larga ausência em que se fizera homem e ganhara mais fama do que



proventos ; porém, suas existências eram diferentes e êles não se encontravam a miude.

Vivendo solitário, retirado, à sombra das velhas árvores dos avós, D. João de Castro ía dispondo mais algumas, enquanto não ía plantar nos peitos infiéis a ponta da sua espada, já illustre.





## SEGUNDO QUADRO

### SCIÊNCIA DE GUERREIRO

**F**OI por essa época que Carlos V deliberou empreender a sua grande ofensiva contra os piratas de Tunis.

O Infante D. Luís, que ardera, desde muito novo, na mesma ansiedade do seu amigo, de balde implorara licença do irmão para se passar à Índia, a ilustrar-se e vencer.

O taciturno não compreendia aquêles desejos; pouco se agitava nas concepções da glória. Se êle nem o amor entendera, depois da feia acção do pai, ao roubar-lhe a noiva!

Cada vez que sentia o Infante em transes de felicidade detinha-o, num gesto imperioso e forte de sua mão poderosa.

Inutilisava-o.

O filho mais inteligente de El-Rei D. Manuel ainda não pelejara aos trinta anos da sua idade, quando os menos nobres já fruíam fama de guerreiros.

Mal correrá a voz de que o soberano de Espanha, o grande imperador, armava uma esquadra para limpar os mares das acometi-

## D. JOÃO DE CASTRO

das dos infiéis êle sentira acudirem-lhe os ecos de suas leituras marciais e deliberara oferecer-se para seguir na expedição.

O terrível Barbarroxa, instalado em Tunis como monarca, afrontava o mundo. O infiel assenhoreara-se das naus cristãs. A nova cavalaria dos mares tinha o dever de aniquilar o bárbaro como vencera, em terra, os outros inimigos, abatendo os estandartes do crescente.

O irmão do Rei de Portugal requereu para fazer parte do corpo expedicionário que não se podia recusar ao arrebatado vizinho.

Coube a António de Saldanha a chefia da armada de desagravo.

Era um grande mareante. Na paixão das descobertas andava nas fálinas do oceano e de tal modo que também descortinara novas regiões, como sucedera ao aportar a uma enseada, antes do Cabo da Boa Esperança, à qual se dera seu nome.

Governador de Sofála, ajudara Afonso de Albuquerque na tomada de Benesterim. Regressando ao Reino quedou-se apenas o tempo de arranjar uma nau. Foi o capitão das travessias, o piloto das carreiras da Índia e por todos êstes louváveis trabalhos lhe entregaram a armada que se aprestava contra Barbarroxa.

O Infante queria acompanhá-lo. O irmão recusou-lhe, abertamente, a honra solicitada.

Enquanto se preparavam as vinte caravelas, as duas naus e o mais forte navio da época, o *S. João*, que os marinheiros crismaram de *Botafogo*, decidira-se o príncipe a fugir do Reino para pedir ao imperador um lugar de soldado na empreza colossal.



Encontrara-o em Barcelona. Sentiu que o apertava nos braços, ofertando-lhe qualquer comando.

Um fidalgo de grande prosápia, D. Teodósio de Bragança, ao saber que D. Luís partiria de Évora, largara de Arronches com a sua comitiva; outros o aconselhavam e, ante tal rebeldia, o Monarca dobrou-se ao inevitável, mandando dinheiro ao ardente e talentoso foragido, cujos pensamentos se prendiam nas maiores glórias.

D. João de Castro devia encontrá-lo nas lutas porque o comandante da armada lhe entregara uma caravela.

A falada expedição de Tunis contava mais um herói em ponto de destaque. Já não era apenas um soldado; mas como tal combatera sempre que fôra necessário ao brio e ao decôro.

Havia grande azáfama entre os infiéis. Barbarroxa convocara todos os seus aliados. Gritava-se que recomeçava no mar a luta entre o crescente e a cruz que limitara no mundo o poder dos filhos do Profeta.

Acudiram os levantinos em socorro do bravo da sua raça. Tunis fortificou-se. Os corsários apareceram de todos os lados, numa compreensão da causa comum que deviam defender.

D. Luís ia na galé do imperador, envolto nas honrarias de seu parente e de talentoso, muito apreciado pelo soberano do mais vasto império do seu tempo.

Carlos V possuía os celebrados domínios nos quais nunca se punha o sol. Reinava desde a Itália à América, desde a Alemanha à península.

## D. JOÃO DE CASTRO

Coberto da sua púrpura, preferia-lhe o arnês e, por isso, jámais deixara de apreciar os valentes.

A magnífica frota navegava para os combates, empavezada e altiva. Compunham-na quatrocentas velas e tripulavam-na quatro mil guerreiros e mareantes de diversas origens. Babel embarcara na esquadra imperial.

Italianos, espanhois, franceses, tudescos, portuguezes aguardavam que lhes entregassem uma copiosa prêsa, a qual entreviam, além na Goleta, na terra dos piratas tão opulenta pelos saques e pelas devastações.

Queriam imitá-los, em nome da cruz.

Grandes capitães comandavam os terços.

A Itália mandara o príncipe de Salerno e o marquês del Vasto; o duque de Alba era o chefe dos infantes espanhois; aos alemães governava-os Pedro Bueno e a cavalaria reunia-se, às ordens do esforçado marquês de Mondejar. No meio de tantos bravos não desmereciam os portuguezes e entre êles sobrelevava D. João de Castro que, após a tomada do porto, opinava fortemente pela conquista total dos domínios de Barbarroxa.

Escaldava-lhe o sangue vêr ali tanta fôrça e o infiel ainda capaz de reerguer a cabeça.

O imperador pensava do mesmo modo. O desembarque, efectuado com extrema felicidade, produziu a admirável vitória.

Começou o saque. O rei fugira. Os cristãos praticavam crueldades sem conta, em busca dos tésouros fabulosos dos infiéis e a Espanha, restabelecendo no trôno da terra conquistada um antigo sultão desapossado, podia instalar a sua artilharia na Goleta, a-fim-de se impôr nos mares.

Não voltou ao Reino aumentado de riquezas o batalhador que deixara as plácidas alfombras da Penha Verde para ir combater em Tunis.

O imperador quizera armá-lo cavaleiro mas respondera-lhe já ter calçado a espora de ouro. Fôra sóbrio na recusa. Devia recordar D. Duarte de Menezes, o grande capitão de África, a distinguí-lo. Não quizera sobre a sagração das heróicas mãos portuguesas a do monarca portentoso mas estrangeiro.

Pouco se deteve no seu recolhimento. Nomeado para a capitania duma das naus da Índia, da qual era almirante o seu cunhado D. Garcia de Noronha, partira feliz e satisfeito porque esperava combater.

O fim dessa derrota através dos mares era o de levar socôrro a Diu, ameaçada.

Não se dedicou, porém, apenas às empresas guerreiras. De muito lhe serviu, na travessia, a sua sciência.

A bordo do seu navio, *Gripho*, trabalhava «meudamente por entender a variação das agulhas de que os pilotos tanto se aqueixão e soube-a perfeitamente e afyrmo a Vossa Alteza que até ora nem foi sabido nem maginado algum segredo que nesta parte alcamsei o que faz muyto ao caso para as deferenças que ouve entre Vossa Alteza e o emperador e pode aver sobre a repartição do mundo».

O pelejante meditava no que ouvia ao seu mestre Pedro Nunes; dera-se ao estudo e praticava de modo a bem mais merecer por êste esforço do que por qualquer funda lançada nos peitos inimigos.

Reflectira, ponderara durante a viagem e



## D. JOÃO DE CASTRO

continuava explicando ao Monarca, na sua prosa:

«E asy me sacrifiquei da longura que ha do brazil ao cabo da bôa esperança e neste estou tão costante que me atreverei a o fazer confessar a omens barbaros e a outros de grande engenho.»

Profundava tudo, o moço capitão da nau que ia para a guerra. O seu talento, desabrochando no meio das rudezas, era todo feito de previsões de sciências que, de futuro, atrairiam os móres cuidados dos sábios:

«Do mar terey quanto pude asy por aves e peyxes e ervas para conhecimento das terras.

«E asy achei lugares onde os pilotos são emganados na altura e foy per mim emvisitada a causa e sabida e todas aquelas terras per onde passey assemtey em verdadeiras alturas e derrotas.»

D. João de Castro traçava o que se intitularia:

*«Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no ano de 1541, partindo da nobre cidade de Gôa até Soez que é no fim e extremidade do Mar Roxo.»*

Dedicava esta obra ao seu grande amigo, ao Infante D. Luís, e recolhia-se, sem falar das coisas da guerra, entretendo-se antes na narrativa das suas descobertas scientificas.

Diu estava cercada pelos turcos, aliados do

## D. JOÃO DE CASTRO

rei de Cambaia e êle foi de opinião que tudo se tentasse para libertar a praça forte, mesmo sem se aguardarem os socorros.

Com efeito António da Silveira realizaria o tal prodígio. Entraram na cidade e, depois, fizera-se a passagem do Estreito, até que se regressara a Lisboa.

Mais uma vez estava à sombra das árvores da Penha Verde, esperando que lhe dessem uma tarefa à altura dos seus merecimentos.

A cada passo se afogava mais o Reino sob a melancolia do Soberano.

D. João III caíra nos excessos religiosos.

As riquezas da Índia, as maravilhas do seu império nada eram, comparadas com as celestiais venturas. Acolhia, deslumbrado, os monges e os freis e o seu maior empenho consistia em rodear-se dos luminares da Igreja, parece que desejoso de salvar o Reino e a sua alma.

No seu negrume tudo lhe pareciam trevas.

Os cavaleiros, os mareantes, os homens de acção queriam afastar-se da sombra pezada que o seu Rei alongava.

Era como um vulto tétrico sôbre um trôno de esplendores, mas pretendendo apagá-los, ao envolvê-los nos panos negros das roupetas.









## TERCEIRO QUADRO

### DOIS APÓSTOLOS

**A**PIEDADE de D. João III era supersticiosa. Ouvira maravilhas dos sacrificios dos novos peoneiros da Fé, os que compunham a Companhia de Jesus, e quizera-os no Reino.

Alastrara a fama de Inácio de Loiola e dos seus agregados. Ambicionavam salvar o mundo e o Monarca luzitano desejava alguns dêles à sua beira. Solicitou-os, através de pedidos constantes; e como um dos chefes da organização fôsse português, designaram-no para os trabalhos a realizar no império das Índias cuja descoberta e conquista largamente ecoava.

Simão Rodrigues, era êste o seu nome, seria acompanhado pelo espanhol Nicolau Bobadilha. Dos seis jesuítas que El-Rei pedira, apenas podiam ceder-lhe dois e ainda assim demoravam na partida, porque um dêles adoecera. Outro o substituiu. Era uma figura estranha e bela, predestinada às máximas glórias, dentro da sua fé inabalável.

## D. JOÃO DE CASTRO

Inácio de Loiola amava-o em extremo. Conhecera-lhe o valor e a alma dedicada aos maiores transes. Fidalgo de Pamplona, filho do governador de Idossin, Francisco de Jasso Xavier guardava a fé dum apóstolo e entregara-se à vontade de Deus. Seria Santo. Para êle se voltou o fundador da Companhia, dizendo-lhe:

«Xavier, eu nomeara Bobadilha para as Indias, mas o Céu designa-vos hoje. Digo-vos isto da parte do Vigário de Jesus Cristo. Recebei o emprêgo de que Sua Santidade vos encarrega, por minha voz, como se Jesus Cristo vo-lo entregasse e regosijai-vos de satisfazer o desejo ardente, que todos tínhamos, em Paris, de levar a Fé além dos mares.

Não é só a Palestina nem uma provincia da Ásia que se trata de conquistar; são terras imensas e reinos imemoráveis; é um mundo inteiro. Só um campo tão vasto é digno da vossa coragem e do vosso zêlo. Ide, meu irmão, onde a voz de Deus vos chama, onde a Santa Sé vos envia e abrazae tudo do fôgo que vos queima».

O religioso curvou-se, obediente e feliz. O Império das Indias ía tornar-se o seu lugar de batalhas.

Por bagagem possuia o seu breviário. Jornadeara durante três meses e receberam-no como um ente desejado na Côrte de Portugal. Queriam detê-lo para educador, mas o seu fim eram as terras longinhas e não havia forma de lhe conter a pressa. Pelos breves, chegados diplomáticamente de Roma, estava nomeado Núncio Apostólico nessas

paragens, com poderes para tratar e manter a Fé no extremo Oriente.

Queria encontrar-se depressa no seu campo de lutas. Quando o conde da Castanheira, por ordem do Soberano, lhe perguntou o que desejava para a demorada travessia, retorquiu-lhe:

«Não falta nada quando de cousa alguma se tem necessidade. Estou muito obrigado a El-Rei da sua liberalidade, e a vós de tantos cuidados, mas devo ainda mais à Providência e não quereis, decerto, que eu seja ingrato.»

E o fidalgo perguntou-lhe:

«A Providência dar-vos-há livros religiosos?»

Aceitou-os, bem como uma roupeta de pano grosseiro.

Ofereceram-lhe um criado, mostrando-lhe a sua categoria de Núncio e respondeu não enxovalhar, em cousa alguma, o seu cargo, desde que não praticasse o mal.

Acrescentara ainda:

«São essas falsas idéas de bem-estar que puzeram a Igreja no estado em que a vemos presentemente.»

Embarcou. Conduzia comsigo os padres Paulo de Camerin, italiano, e Francisco Mansilha, português, deixando Simão Rodrigues em Lisboa. Abraçando êste numa despedida, concluiu, desta fórma, o seu adeus:

«Se souberdes que a corôa do martírio pousou na minha frente, à sombra tutelar da



## D. JOÃO DE CASTRO

cruz, pensai que morri cheio de felicidade por oferecer a minha existência, a-fim-de salvar, no futuro, as criaturas que Deus faz nascer nessas terras longinquas.»

O apóstolo das Índias saía naquêlê mês de Abril da capital do Reino para onde o tinham atraído.

Pouco depois iniciava, a bordo, os seus trabalhos. Debalde o governador da Índia, Martim Afonso de Sousa, o quiz à sua meza. Agradeceu, preferindo as rações dos marinheiros. Quando começou a grassar o escorbuto entre os tripulantes e decidiram lançar às águas os atacados, êle foi o seu enfermeiro. Entregara a vida à sua alta missão de sacrificio e cousa alguma o poderia desviar dêsse caminho.

Nenhum dos doentes foi arremessado às vagas. Conseguira, senão salvá-los, ao menos que os deixassem chegar a Moçambique, onde os internou nas albergarias ali existentes, continuando, com os seus companheiros, o mister de enfermeiro dos desditosos.

Acabara atacado por uma terrível febre e quando pretenderam tratá-lo exclamara:

«Fiz voto de pobreza; quero morrer entre os pobres.»

Demorou na terra africana. Aproara-se a Melinde e, ao cabo de treze meses, depois da sua partida da capital, chegava a Gôa, já tão celebrada por suas riquezas como por seus hábitos impiedosos.

Era uma cidade desordenada, de bacanaís e de infâmias. Ali se armazenavam todas as

riquezas, gerando as mais horríveis devassidões. O pudor desaparecera ante o brilho das pedras preciosa; o oiro corrompia como uma febre amarela devastadora de consciências. Diziam-na cristã mas afundava-se no paganismo infréne.

O bispo, D. João Afonso de Albuquerque, era impotente para chamar aos seus deveres aquêles que se tinham declarado pela Fé. Os portugueses davam péssimos exemplos. Falhara o respeito por todas as cousas dignas. Reinava o crime e a miséria moral, no meio duma opulência fascinadora. O prelado, erigindo em Sé a igreja de Santa Catarina, pouco mais pudera fazer do que cumprir o ritual. Abatia um seminário que não tinha alunos.

Desenfreadamente se gosava a vida. O concubinato era lei comum. Os portugueses de maior categoria cediam às perversões do Oriente e juntavam-nas às suas; os mahometanos opulentos tanto compravam os régulos mais estranhos como a própria justiça; os indígenas serviam-nos, aterrados. Não se punia o crime. Desde a era da descoberta do caminho marítimo para a Índia até à data do govêrno de Martim Afonso de Sousa, perseguiram-se os que pleiteavam pela bondade e arruinavam-se os prevaricadores.

Chegou o padre Francisco Xavier com a sua roupeta remendada, as barbas crescidas, mas de ar alegre no rosto macerado por enfermidades e jejuns. Tomara uma decisão animada pela grande crença que fulgurava no seu espírito. Queria salvar dos horrores impiedosos aquela cidade deslumbrante, conduzir os homens às suas obrigações, ensinar às crianças as veredas do bem.

Agitando uma campainha atravessava as ruas de Gôa e logo os pequenitos o seguiam, prezos nas suas maneiras e sorrisos, na fôrma porque os tratava, até os levar comsigo ao seminário onde, redobrando de carinhos, começava a ensinar-lhes as coisas belas, numa linguagem tão pobre como a dos infantis alunos. Ignorava o idioma mas, pouco a pouco, fazia-se compreender, sentindo ser muito fecunda a sua palavra, porque se enchiam as aulas da escola fundada pelo bispo, até então desertas. Nenhum pecado o assustava. Por enorme que fôsse a culpa, êle aproximava-se do delinqüente, para o converter. Quanto mais libertina era uma mulher mais deligenciava salvá-la dos meandros tenebrosos do êrro.

Aos homens acompanhava-os nas suas diversões infectas para os arrancar dêsses antros de móres misérias do que as entrevistas pelo apóstolo, em Paris, no seu tempo de escolar. Fazia-se bem-querer. Modificava os pais através dos exemplos dos filhos que educava; falando ao coração das mães, ia encontrando sempre a ternura que julgara desaparecida naquêle tumultuar de horrores.

A capital das maldades transformara-se nas suas mãos, sempre puras, a-pesar-de tocarem as mais repulsivas feridas.

Aquêle missionário cumpria o seu dever. Como jámais ali se vira um homem entre galas, a sacrificar-se na pobreza, havia quem meditasse fundamente no valor da religião que o tornava diferente de todos os outros. O padre vencia sem orgulho, volvendo para o céu o seu olhar agradecido.

Um novo apóstolo ia encontrá-lo na Índia. Êste, porém, era um guerreiro a quem, final-



mente, o destino entregava uma missão digna dêle. D. João de Castro, nomeado capitão-mór da armada da costa, andara algum tempo a comboiar as naus que vinham do empório, abarrotadas de preciosidades. Durante largos mezes fez frente aos piratas barbarescos que tinham retomado as mais audaciosas atitudes ante a falta de vigilância nos mares.

Ninguém melhor do que êle poderia cumprir o encargo, mas alguma cousa muito nobre o deveria chamar: o govêrno da India onde Francisco Xavier desbravava o terreno da impiedade, numa isenção idêntica à que o soldado sempre mostrara.

Desdenhavam, ambos, das riquezas; não se conheciam mas eram iguais os seus pensamentos em matéria de Fé, de honradez e de sacrificio. Ofertavam, um ao Céu o outro ao seu Rei, as dôres e as amarguras que se davam em prol da salvação das almas e da vassalagem dos indigenas, tanto para Deus como para o monarca português.

De há muito que se indicara o grande guerreiro para o posto em que era indispensável um homem da sua envergadura, mas hesitava-se porque êle, não frequentando a Côrte, de pouco favor dispunha aos olhos dos que tudo podiam. Um santo se formava no império das Indias para onde se dirigia um seu émulo nas grandes obras da Fé.



mente o destino entregava uma missão digna  
de D. João de Castro, nomeado capitão-mór  
da armada da costa, e para algum tempo a  
compor as naus que vinham do exterior,  
apartadas de precisões. Durante largos  
meses fez frente aos piratas barbaços que  
tinham tomado as mais audaciosas atitudes  
ante a falta de vigilância nos mares.

Ninguém melhor do que elle poderia cum-  
prir o encargo, mas alguma coisa muito  
nobre deveria chamar o governo da Índia  
onde Francisco Xavier desbravava o terreno  
da impiedade, numa isenção idéntica á que o  
soldado sempre mostrou.

Desdehavam, ambos, das riquezas; não se  
conheciam mas eram iguais os seus pensa-  
mentos em matéria de Fé, de honra e de  
sacrificio. Olhavam um ao outro ao  
seu lado, as dôres e as amarguras que se de-  
viam em prol da salvação das almas e da ven-  
talagem dos indigenas, tanto para Deus como  
para o monarcha português.

He há muito que se indicara o grande  
querer para o porto em que era indigena.  
Vel um homem da sua envergadura, mas he-  
tava-se porque elle não frequentando a Corte,  
de pouco favor dispunha aos olhos dos que  
tudo podiam. Um santo se formava no império  
das Indias para onde se dirigia um seu emulo  
nas grandes obras da Fé.





#### QUARTO QUADRO

### A AMIZADE DUM SÁBIO

**O** INFANTE D. Luís fôra o negociador da paz entre Carlos V e Francisco I, após a batalha de Pavia. Não se enchera de glória na diplomática acção em que entrara. Os protestos do rei de França espoliado, ecoavam no mundo. Nem o parentesco servira para abrandar as fúrias dos reis pelejadores.

Emquanto ao príncipe letrado preparavam-lhe casamentos magníficos, dos quais lhe podiam advir benefícios. O Soberano, magnânimo para êste seu afin cuja inteligência cobichava, no intuito de a empregar na sua política, sonharia para êle altos destinos.

Casando com Hedwiges, filha do rei da Polónia, Segismundo, preparar-lhe-ia a subida ao trôno do poderoso país que obtivera grandes vantagens na guerra contra os russos; fallada esta aspiração imperial, pensara em o tornar marido de Cristina, viúva do duque de Milão, Francisco Sforza, com a qual lhe doava o ducado e, possivelmente, algumas probabi-



## D. JOÃO DE CASTRO

lidades de influência na Dinamarca, visto a indicada noiva ser filha de Cristiano II.

Pensou, também, em uní-lo à primogénita de Francisco I.

Esta rêde de ligações servia à ambição do imperante. Possuindo extensos domínios, preparava a paz. Para o delfim de França, duque da Bretanha, destinava a infanta D. Maria, irmã de D. Luís. Imaginara, ainda, torná-lo príncipe consorte da filha de Henrique VIII de Inglaterra e sucessora da corôa, desde que morresse seu irmão, o futuro Duarte VI. Por fim, o senhor do maior dos domínios decidira unir ao dilecto a sua própria sobrinha, D. Maria, mais tarde mulher de Alexandre Farnésio e duqueza de Parma.

O irmão de El-Rei D. João III andava muito prêso nos encantos da *Pelicana* ou contraíra núpcias secretas com ela, pois descobrira maneira de se eximir a todos os desejos do poderoso parente para o casar.

Por seus méritos, ante os estrangeiros, acabara a ser ouvido pelo potentado, o qual o interrogava acêrca dos negócios públicos.

Martim Afonso de Sousa terminara, duma desgraçada maneira, o seu govêrno da Índia.

O grande herói, que produzira maravilhas de acção sem igual, tendo-se tornado dos maiores guerreiros da sua época, fracassara, ao cabo de tantas proezas.

Confidente do Monarca e discípulo de Pedro Nunes, tinha maneira de se elevar por si e possuía, ao mesmo tempo, a sciência que o designava para as grandiosas empresas.

Fundeando os seus navios na Baía de Todos os Santos, pouco depois da descoberta do Brazil, topara o celebrado Diogo Alvares

que os índios tinham cognominado de *Caramúru*. Levava larguíssimos poderes: era mais do que um soberano porque se lhe outorgara o direito de dispôr de terras, da fazenda pública cujos réditos colhesse, de nomear juizes, emfim, de talhar à sua vontade no empório, sendo o capitão-mór de S. Vicente que constituiu o melhor de três das mais belas províncias da terra magnífica.

Dum extremo ao outro dos domínios portuguezes exercera a sua influênciã. Aborrecido com o novo mundo, largara para a Índia onde se estava construíndo a fortaleza de Diu, da qual devia tomar o govêrno.

Tornava-se de grandíssima importância para Portugal a edificação dêsse baluarte.

Em troca da concessão para tal defeza quizera o sultão Badhur que o coadjuvasse na guerra contra os mongóis e assim succedeu.

Quási abandonado pelos índios, rechassou o inimigo com um punhado de europeus.

Defendera o rei de Cochim das investidas do soberano de Calicut, seu adversário, também muito oposto aos portuguezes. Desbaratara-o emquanto a sua presença fazia falta em Diu, pois o povo revoltara-se ante o assassinio do seu monarca. As pugnas surgiam, em vinganças sem par. De quando em quando, erguiam-se formidáveis fôrças, logo abafadas pelo valor portuguezes.

O valente batalhador ia vencendo, em terra e no mar, com tal successo que gerava o pânico, ao evocar-se seu nome. Nomeado governador quando falecera D. Garcia de Noronha, exercera tardiamente o cargo, em virtude de se encontrar no Reino.

Foi com êle o apóstolo Francisco Xavier.

## D. JOÃO DE CASTRO

Correra a bordo, após algumas informações bebidas nos portos, que D. Estevão da Gama não lhe entregaria o mando. Levedava a eterna intriga colonial. Preparara-se para tudo o homem desembaraçado e audacioso, mas encontrara o substituto em boas disposições e assumira a governação.

Mais valera, porém, que o outro ilustre soldado não lhe tivesse obedecido porque o capitão magnifico tornou-se, desde logo, um autêntico mercante.

Naturalmente, farto de combater sem arrecadar a fortuna esquiva que devia possuir por todas as suas lutas, fadigas e vitórias, decidira-se a ser o chefe do bando espoliador do território. Punha preço a tudo; vendia as escravas e a justiça, cobiçava ordenado; logo, a pilhagem. As suas expedições eram razzias.

Ouvira dizer que num pagóde existiam maravilhas e preparara um exército para as haver às mãos. Acabara o pudor entre as suas hostes. O que Afonso de Albuquerque pretendia realizar como obra (!) honrada era destruído pela ganância do novo árbitro das coisas orientais.

Num dos assaltos dados a Baticoli fôra tal a freima dos portugueses na disputa das riquezas da tomadia, que se bateram largamente entre êles, a-ponto dos índios poderem retomar a cidade ante a desordem dos invasores e as suas rixas pela posse das pedras preciosas.

Os indígenas acabaram solicitando a paz, a-pesar dos soldados de Martim Afonso terem preferido aquela vergonha a uma luta digna.

---

(1) O Grã-capitão, Colecção «História».



Ía acabar-se o escândalo com a conclusão do govêrno do amigo de D. João III que devia ocupar de novo o seu posto no Conselho de Estado. Não obstante toda a amizade que o Monarca lhe dedicava não pudera deixar de ouvir tantas queixas amargas.

Por isso convocou seu irmão, o Infante D. Luís, para perguntar quem devia suceder ao desbaratador de tantas riquezas que tam maus exemplos dera na cadeira curul onde o havia colocado.

Talvez não se houvesse açulado sua cólera contra o confidente, mas viu-se constrangido a procurar o contraste para aquêles exagêros das terríveis matanças que tiveram por único fim o ganho, o roubo e o saque.

Quem possuiria brio e honra, virtude e fé, desinterêsse e valor suficientes para exercer semelhante cargo, após tais infâmias e prevaricações?

O Infante redargüira com o nome do amigo lealíssimo que jámais olvidara:

«D. João de Castro!»

Deviam ter empeçonhado o real ânimo com aleivosias contra o comandante da esquadra da costa, pouco cortezão e muito de arremeter contra os áulicos. Consideravam-no temerário e orgulhoso, sombrio e cheio de tam grandes desdêns que faziam disso crimes, quando, por suas qualidades boas, cabia celebrar o feitio do guerreiro.

D. Luís foi claro nas respostas ao Rei, impondo o capitão sábio e honesto, rígido e implacável,

«que se houvera com animo sobejo», é certo,

## D. JOÃO DE CASTRO

mas «que não haveria soldado que não estimasse ser reu de tão honrada culpa; e que dado que seus emulos o arguiam de altivo e retirado por não pedir mercê nem cortejar ministros, erão estes defeitos de tão boa qualidade que não via quem pudesse conservar a disciplina da primitiva India senão D. João de Castro, o qual servia alheio de todos os interesses que parecia desprezar os premios da terra, como se S. Alteza não fora Rey dos homens, senão Deos dos vassallos».

Certamente se surpreendera o ânimo do Monarca diante de tais dizeres porque, para êle, o bravo não passava dum homem taciturno, metido no seu canto da Penha Verde, numa serenidade aparente de desgosto sem brados.

Quem sabe se o consideraria invejoso?

As palavras do irmão, levadas à conta de excesso de amizade, ainda mais o fizeram meditar quando êle repetiu o muito que queria ao nome indicado para cerzir todos os farrapos da desordem que o cúpido antecessor deixara no império.

Depois dum corrupto carecia-se de estoicismo; após um perverso precisava-se duma sã moral!

«Que era afeiçoado a Dom João de Castro por suas qualidades — asseverava o Infante — porém, tão livremente, que seus merecimentos, ainda que separados do sujeito amara em qualquer outro» (!).

---

(!) Jacinto Freire de Andrade. *Vida de D. João de Castro*.



DOM JOÃO  
IV VICEREI



DE CASTRO,  
DA INDIA.

«**N**EM terey, Senhores, pejo de vos dizer que ao Viso-Rey da Índia faltam n'esta doença as commodidades, que acha nos hospitaes o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim a commerciar ao Oriente, e a vós mesmos quiz empenhar os ossos de meu filho e empenhey os cabellos da barba, porque, para vos assegurar, não tinha outras tapeçarias nem baixellas. Hoje não houve n'esta casa dinheiro com que se me comprasse uma gallinha; porque nas armadas que fiz, primeiro comião os dados os salarios do governador que os soldos do seu Rey; e nem he de espantar que esteja pobre hum pay de tantos filhos.»

(Fala de D. João de Castro aos membros do Conselho, na India.)





Vencera. As coisas da Índia tinham chegado a tal grau de abatimento e de miséria que só um herói, diferente do resto da humanidade, as poderia reconduzir às suas antigas proporções.

Foi nomeado governador (1) o capitão da armada da costa, ao mesmo tempo que Francisco Xavier procurava encaminhar os indígenas para a trilha da Fé cristã.

As ordens enviadas de Évora, onde El-Rei demorava, eram claras e decisivas. Dava-se-lhe pressa para a largada; devia superintender em todas as carregações e provimentos, marinhagem e soldadesca, como o único responsável pelo que pudesse suceder.

Ao conde de Castanheira, grande valido real, cumpria realizar quanto fôsse necessário para o êxito da largada da frota dentro do prazo mais curto.

Ele tomara conhecimento do que se passára no império. Sabia, por demais, o que eram as lutas dos homens diante das riquezas; assistira a essa tormentosa maré de infâmias e enchera-se dum estoïcismo maior.

O seu sacrifício não consistia tanto no combate com os indígenas como em se defender dos portugueses.

D. Afonso de Albuquerque fôra vítima da sua isenção e não possuía o desinterêsse e o ânimo sereno do amigo do Infante D. Luís.

Houvera maus dizeres no Conselho, à sua conta.

Conheciam aquêle bravo taciturno, por suas façanhas armado cavaleiro em Tânger e que, em vez de explorar a fama, se recolhera a

---

(1) 25 de Fevereiro de 1545.

## D. JOÃO DE CASTRO

aguardar que o procurassem. Chegará o seu momento.

O que seria o govêrno dêsse homem singularíssimo já fôra adivinhado pelos cortezãos quando tentavam embaraçar a sua partida para o empório das riquezas, das quais êle desejava a entrega, sem partilha, ao seu real amo, que tam mal o conhecia.







## QUINTO QUADRO

### O CÊRCO DE DIU

**G**OVERNAR a India, após a perniciosa acção de Martim Afonso de Sousa, equivalia a semear num pântano. Os melhores grãos subvertiam-se, apodrecendo. Para se estancar a desordem carecia-se dum trabalho duplo. Os povos, habituados aos loucos caprichos administrativos, rebelavam-se, pois os governantes eram os primeiros a faltar aos seus deveres.

Decretara-se, em relação à moeda, uma alcavala que gerara os mais acentuados protestos. Dera-se um grande valor ao bazaruco, que valia menos dum real e, daí, os indígenas não quererem levar os seus produtos aos mercados.

Reclamaram ao novo magistrado e D. João de Castro, lançando o seu olhar para os veadores de Gôa, que lhe apareciam entre famélicos, prometeu justiça. Fôram-se em prantos, os comissionados. Imaginaram que os trataria como era de uzo na India, mas logo viram a diferença entre o procedimento

## D. JOÃO DE CASTRO

do guerreiro e o do seu antecessor. Mandara revogar a lei, depois de ouvir os juizes e sabedores.

Passava-se do terror para a calma, da desconfiança para o affecto. As populações acolhiam-se ao critério de quem as conduzia com a vara da sã justiça.

Fazia assim em tudo. Sempre procedera de modo igual. Na guerra era o primeiro a expôr-se e o último a receber o soldo; não comia enquanto houvesse um dos seus homens com fome; distribuindo, largamente, os louvores a quem os merecesse e severíssimo no castigo, da sua escarcela transbordava o socorro para todos os necessitados. Suprimira o luxo, mostrando-se na rude sobriedade dum chefe que tivesse muito de religioso. Não carecia das pompas para se impôr; bastava-lhe dar o exemplo da coragem e da isenção. Fanatizava. Como não tinha idéa de extrair proventos das questões entre os naturais, vencia por suas maneiras, ao tratar, equitativamente, os humildes e os príncipes.

Havia um pleito a resolver entre os membros duma familia real indiana. Os súbditos do Hidalcão entravam em acesa luta, pois pertenciam a diversos partidos, querendo no trôno os seus apaniguados e não o que se lhe, impuzera e, daí, a guerra sem tréguas, a qual durava havia muito tempo.

Aquêlê balburdiar de políticos passava-se entre preitos aos que podiam resolver o prélio. O mais rico, que era exactamente o Hidalcão, comprara a justiça de Martim Afonso de Sousa, enviando-lhe «uma boa pançada de dinheiro.» Depois de farto não cumprira o que prometera acêrca de Meale e consistia

em desterrar para a metrópole êste outro pretendente ao trôno do potentado, o qual entregara aos portuguezes as terras de Bardez e Salsête, como penhor da sua bôa fé, aguardando que, ao menos, mandassem o adversário fixar-se em Maláca, mas, reconhecendo que o ludibriavam, ficara enfurecido e a sua cólera manifestara-se fazendo prender Galvão Viegas que o antigo governador lhe enviara como plenipotenciário. Desejoso da liberdade, o capitão, compenetrava-o de que lhe entregariam o inimigo, desde que dêsse em troca uns cinquèta mil pardaus de oiro. Que fôsse com tal embaixada e voltasse com boa resposta, decidira o poderoso chefe, muito crente no resultado, pois sabia ser cúpida e vil a acção dos senhores que dominavam.

D. João de Castro recebeu o agente que lhe falava como era de uzo nos negócios do empório.

Acima do tudo pairava a ganância e o interêsse. O ambicioso supunha encontrar sob o arnês do novo governador uma bolsa para se encher e falou claramente na empreza magnífica que era a entrega dum indígena, embora de sangue real, a êsse tirano que deixara as cidades como reféns e, decerto, pagaria a avultada soma que representava um tesouro maravilhoso.

Encarou, sobranceiramente, quem assim lhe falava. Colhera a primeira prova da venalidade daquêle que combatia apenas pelos proventos, em falhas de lealdade, e quiz condemná-lo à morte, dando um exemplo. O sangue, correndo num patíbulo, talvez redimisse a honra dos conquistadores.

O séquito do enviado, composto de dois



## D. JOÃO DE CASTRO

capitães de Visapura e dalguns soldados, aguardava resposta bem diversa da que se lhe outorgou. Calculando ser grande a ganância do recémchegado do Reino à terra das pedrarias, deviam considerar o negócio fechado, quando se lhes deparara a terrível sentença.

Entretanto, o digno governador retraiu-se. Caíra numa grande reflexão e deliberara mandar o seu ignóbil compatriota com a resposta ao soberano. Era uma tábua de lei aquela carta em que a dignidade se marcava e o brio corria parelhas com a altivez. Começava nêstes termos:

«El-Rei, meu senhor, quando me escolheu para vir governar os estados, que nesta Ásia tem, entre muitos apontamentos que me deu por regimento, um dêles era: Que eu fizesse guardar inteiramente a Justiça às partes. E deste em suas mãos fiz solene juramento e prometi de tudo o fazer cumprir.»

Relembrava, em seguida, a questão: como Meale fôra atraído a Gôa com os seus, sob palavra de seguro, dada por D. Garcia de Noronha, e como o Hidalcão procurara obter a sua entrega.

Vinha à flôr do caso o assunto do dinheiro oferecido, a que chamava, púdicamente, «grandes partidos», acrescentando, duma íntegra forma, o que devia produzir singular efeito no príncipe, habituado à ânsia de ganho dos invasores:

«Não se deverão de aceitar os tais partidos, sómente por vossa alteza não ficar tendo

ruim opinião dos portugueses porque por tão pouco seguro, podia vossa alteza ter o contracto que com êles fizesse como visse o que fôra dado a Mealecam. Por onde tenho determinado não aceitar nenhum preço nem partido; antes de o conservar em sua liberdade com muita honra.»

Mandou, imediatamente, dar à cobiçada prêsa uma pensão de mil e quinhentos par-daus, por ano, a-fim-de se manter, ordenando que o tratassem com as devidas honras.

Foi a declaração de guerra. O Hidalcão preferiria à lealdade de D. João de Castro uma maior exigência de oiro. Pretendeu, desde logo, vencer os defensores de Bardez e Sal-sête numa peleja cruenta da qual se desviava o governador com tanta isenção no respeitante a glórias, como já o demonstrara na que se referia aos lucros e proventos.

Claramente mandava dizer para o Reino o que se lhe oferecia:

«Eu fui dissimulando e sofrendo estas afrontas, emquanto o tempo e a razão o consentiam, considerando que Vossa Alteza não me enlegera para vir alevantar e fazer guerras à Índia; mas para a governar e manter em paz e justiça; não para a vir encher de roubos e morte de homens, senão para a limpar de vícios e maus costumes.»

Recendia pureza o ânimo alevantado do guerreiro que nem procurava as pelejas com que pudesse acrescentar sua fama, nem tampouco que se derramasse o sangue humano, a-pesar da glória de o verter cruelmente.

## D. JOÃO DE CASTRO

O Hidalcão levou à conta de pavor a serenidade do homem forte e incorruptível.

Convocara a sua gente de guerra. Sentia-se prestes a obter pela força o que não conseguira pela disciplina e, lançando-se sobre Gôa, quiz cercar-lhe os muros, reduzindo os portugueses à sua mercê.

O governador planeou, desde logo, uma campanha rápida, para o que lhe sobejavam recursos de guerreiro e o valor. Com uma minguada hoste de quatrocentos soldados, para a investida, foi procurar o inimigo e desbaratou-o, ao mesmo tempo que seu filho, D. Alvaro de Castro, numa frota, magnificamente apetrechada, completava a vitória, no mar. Vencera-se. Bardez e Salsête ficaram, para sempre, em poder dos portugueses.

Começara-se a compreender que o capitão justo e sábio, o homem da lealdade, era tão forte na guerra como soberbo de isenção, na paz. A fama do seu nome alastrava, com um cunho diverso do que até então cancelara os de soada no Oriente.

Era o guerreiro desdenhoso do oiro; o chefe que repelia as pedrarias.

Já tinham visto um homem de roupeta esfarrapada, passando, afoitamente, entre os perigos, sem aceitar, sequer, um magríssimo óbulo. Esse, porém, era padre e não militar.

No conceito dos indígenas, cada vez mais admirados, Francisco Xavier comparava-se a D. João de Castro.

Tinham chegado do Reino as ordens terminantes para que, em tudo, se apreciassem os desejos do apóstolo; mandava El-Rei que se abrissem as aulas de doutrina, a-fim-de se desbravarem os espiritos adustos dos infiéis.



O governador cumpriu e ficou aguardando a visita do ser portentoso cujas acções ouvira narrar, tão encantado como se as julgasse fabulosas.

O jesuíta andava descalço e maltrapilho; adiantava-se para os mais distantes lugares; convertia os índios com sua palavra nobre e segura; dava-lhes conselhos de coragem, cheio de serenidade, apanágio daquêles que fazem pouco caso da existência entregue à vontade de Deus, à sua sagrada influência. Os povos pasmavam, na sua presença; curvavam-se porque o viam a realizar as coisas mais difficeis, sempre sorrindo, de olhos no céu. Pareciam florir de esperança as trilhas percorridas por seus pés ensanguentados.

Francisco Xavier encontrou, no palácio do govêrno de Gôa, o batalhador illustre, a beijar-lhe a roupeta e a dizer-se feliz por conhecê-lo naquêles transes em que tanto se carecia de santidade e de justiça para manter, dignamente, o império de Deus e o do Rei de Portugal.

Compreenderam-se e completaram-se. A alma do soldado tinha alguma cousa da unção dos apóstolos; na do religioso existia muito da coragem dos guerreiros.

O general illustre pediu ao seu amigo que prégasse, para que o ouvisse; solicitou-lhe demora na cidade, durante o inverno, a-fim-de o poupar às intempéries. Sorrira e decidira-se a partir, quando D. João de Castro o deteve, com a maior das razões: «desejava comunicar-lhe, com mais socego, o segredo da sua alma e tambem, com algum socego, lograr sua presença.»

A desordem que avassalara o império por-

## D. JOÃO DE CASTRO

tuguês tentava as ambições alheias. Os povos, indignados sob a espoliação permanente, rebelavam-se e das mãos dos senhores, violentos e cruéis, iam cair noutras, porventura piores. Os castelhanos tinham seguido nas águas dos galeões da descoberta, pretendendo, também, estabelecer-se no Oriente. Investindo contra as Molucas, procuraram dominá-las.

D. João de Castro, que não era um sanguinário nem desejava a glória das matanças só pelo prazer de acrescentar seu renome, procedia como um capitão audaz, uzando, ao ser atacado, de todo o valor e dos talentos.

Grande estudioso, infiltrava em seu espírito o exemplo dos maiores vultos romanos e, possuído de enorme tranquilidade de consciência, sabia punir e premiar. Por vezes era terrível nos prélios, mas sempre justo.

Mandara seguir para as Molucas as tropas de que dispunha, transportadas numa frota bem corregida, e aguardou o cumprimento de suas sábias indicações. Comandava essa armada Fernão de Sousa que pretendia cobrir-se de loiros. Batera os cavaleiros da aventura, despedira-os para a Europa e restaurara a dinastia de Cachil Ayeiro, o qual fôra prêso por Jordão de Freitas, antigo governador do empório, que o fizera internar na Índia.

Voltavam as antigas pretensões dos ministros do rei de Cambaya, em relação a Diu. O dirigente desta tentativa que, vencendo, destruiria o prestígio cabal dos portugueses, era Coge Çofar, um albanês que soubera render, pouco a pouco, os principes infiéis, acabando numa semi-realeza, no império de Mahomud.

Começara pelos pretextos extravagantes, sabendo que existia pouca gente na fortaleza. Solicitava, em ares humildes, ao princípio, e logo ameaçadores, que o deixassem construir um muro alto entre o reducto e a cidade, a-fim-de satisfazer o desejo dos povos, irritados ante o castelo dominador.

Viviam em amizade e não se tornava necessário arvorar a ameaça permanente de altas paredes eriçadas de ferro, lembrando aos naturais as derrotas do primeiro cêrco de Diu.

D. João de Mascarenhas, filho duma família guerreira das pelejas de Marrocos e do Oriente, era o governador da praça forte. Conquistara os seus postos, um por um. Partira como soldado obscuro e guindara-se, por seu valor, até à categoria em que o encontrara a terrível tentativa dos indígenas.

O exército de Coge Çofar compunha-se de oito mil homens e sessenta peças de artilharia conduzidas por valorosos turcos, ávidos de vingar os desastres infligidos ao pavilhão do Proféta. Dois generais mongóis comandavam activamente as hostes de que era chefe o ministro do rei de Cambaya.

Dentro das muralhas abrigava-se uma reduzida guarnição. Não seriam mais de quinhentos, os portugueses.

Escolhera-se o inverno para o assédio. Os terríveis temporais opunham-se aos socorros urgentes; a esquadra adversária embargava o abastecimento dos sitiados e, seguros do êxito, os cambaianos, iam avançando, a estreitar, sinistramente, as muralhas que os detinham.

Os janizaros, servidores do Grão Turco,



## D. JOÃO DE CASTRO

miravam, desdenhosos, aquêles portuguezes à espreita nas seteiras e cujos elmos de ferro apareciam nos adarves, junto das béstas e lanças.

Bradavam por um ataque rápido e em fôrma, mas Coge Çofar, conhecedor da bravura dos inimigos, mostrava-lhes como a fortuna sempre os animara, podendo, todavia, ser vencidos, se os assaltantes soubessem pelejar sem temor, morrendo pela fé nos seus ídolos.

«Estão faltos de munições e mantimentos — dizia êle — assegurados na paz ou na soberba com que desprezam tudo. Como são poucos sempre naquêles muros hão de assistir os mesmos, sem haver soldado reservado para o lugar doutro ; falta-lhes peonagem para reparar as ruínas da nossa bateria e por fôrça os ha de render o trabalho repartido em tão poucos.»

O chefe inimigo apresentava dêste modo a hoste portuguesa.

Era a verdade. Mais pungentemente, talvez, ela vivia no segrêdo das muralhas sôbre as quais se assestavam as bôcas das peças. Ao mesmo tempo apareciam os pedidos dos adversários, em termos ainda cortezes.

Deixassem-nos edificar o seu muro alto ; permitissem que as naus do sultão corressem livremente, e toda aquella tropa, tão numerosa e bem corregida, se pulverisaria, depois dos grandes festejos, em honras amigas. O cêrco apertara-se.

Impossibilitava-se-lhes a passagem pelo mar ; baldadamente procurariam provisões de

guerra e de bôca. Contando com o número olvidavam as lições do passado.

D. João de Castro, ao ter conhecimento da audácia dos índios, determinara enviar um socorro, embora minguado, aos que sofriam sob a pressão infiel. Escolhera para o encargo o seu próprio filho, D. Alvaro, ao qual entregara o comando de nove fustas.

Falou aos tripulantes e aos soldados, dizendo-lhes que «estava resoluto em ir descercar Diu, mas não podia negar as invejas que tinha, aos que primeiro que êle haviam de vir a braços com os turcos».

Escolhera cavaleiros ousados para o intento. Sebastião de Sá, Diogo Raposo, António da Cunha, Jorge de Mascarenhas, António de Mélo, D. Francisco de Almeida, uma pleiade moça que largava, alegremente, para a temerosa jornada, acompanhavam o comandante.

Na frente dos militares dirigiu-se ao filho, a expor-lhe a situação. Mais do que nunca, o governador, lembrava um pai romano, num voto cívico:

— «Pelo que toca a vossa pessoa não fico com cuidado — exclamava o estóico — porque por cada pedra daquela fortaleza arrisquei um filho.»

Uzou duma linguagem estranha para a época em que as prosápias fidalgas predominavam em todos os ânimos:

«Acordando-vos em que o nascimento em todos é igual, as obras fazem os homens diferentes; e lembro-vos que o que vier mais honrado êle será meu filho.»

#### D. JOÃO DE CASTRO

O moço escutara o último incitamento, num desejo ardente de bem cumprir:

«Esta he a benção que nos deixarão nossos mayores! morrer gloriosamente pela Ley, pelo Rey e pela Patria. Eu vos ponho no caminho da honra, em vós está, agora, ganhal-a.»

Bem carecidos de socorros passavam os sitiados em Diu. Já a artilharia inimiga ia destruindo os bastiões, rasgando as muralhas, rompendo terríveis bréchas que alargavam as passagens. Cada vez era maior o esforço dos janizaros mas, ao achegarem-se de assalto até às parêdes da defeza, encontravam o ferro das lanças dos portuguezes — talvez sempre os mesmos — como dissera o chefe adverso, porém, impávidos, fazendo da alma a couraça com que robusteciam os corpos extenuados e famintos. Nas atalaias e torres lidavam os nobres cavaleiros; defendiam-se, bravamente, os baluartes e os assaltos eram tão rijos e frequentes que, por vezes, se imaginava vêr esboroarem-se os muros e os azes inimigos a penetrar no âmbito afortalezado, para a hórrida chacina.

Surgiam exemplos sobrehumanos. Assim como o vigário João Coelho atravessara o fogo para ir lançar o alarme e pedir os socorros, partindo num barco com pequena tripulação, do mesmo modo uma mulher idosa, Isabel Fernandes, aparecia em toda a parte, animando os combatentes, oferecendo-lhes as munições, tratando-os e servindo-os, depois de se ter despojado de todos os seus bens para comprar víveres e projecteis.

Não havia maneira de penetrar no circuito de defeza. O exército inimigo topava



com o valor nas pontas das lanças portuguesas; ao abater-se um homem, entre a poeirada das pedras desfeitas, via logo outros acorrer e cobrir com furia, os rasgões dos pelouros. Contudo, durava, longamente, o assalto de oito mil soldados contra quinhentos. A fome amolecia a coragem. Sofria-se, mas alguma coisa de heróico ressuscitava aquêles fantasmas de combatentes que os atrevidos encontravam diante, como se já fôsem imortais.

Os duzentos pelejadores que D. Alvaro de Castro conduzira deram algum alento aos sitiados. Tentaram uma sortida, desejando operar um milagre, com o seu ímpeto. Um dos mais ardidos, no intento, era o outro filho do governador, D. Fernando de Castro. Este devia perecer vitimado pela explosão da mina com que se efectuava a vigorosa acção.

Estóicamente, o pai, recebeu a notícia dêste desastre e também da derrota dos temerários que tentaram abrir passagem através das hostes numerosas.

Havia um ano que se resistia formidavelmente. Jamais se constatará, na guerra, um esforço semelhante. Deus bem-queria aquêles portugueses da coragem e do valor sem igual.

Quando D. João de Castro chegou, à testa das tropas que conseguira armar, adeantou-se contra os infiéis, numa fúria de quem desejava vingar a morte dum filho, pretendendo engalanar, ao mesmo tempo, o estandarte do seu rei, ao molhá-lo no sangue dos vencidos.

Aparecera maior cópia de combatentes em auxílio do inimigo. Coge Çofar acabara vitimado por uma bala portuguesa quando tentava dar ânimo aos próprios janizaros can-

## D. JOÃO DE CASTRO

sados daquela luta contra gigantes que se confundiam, na dureza, com as cantarias do castelo. Sucederá-lhe, no comando, o Khan Rume, a quem chamavam Rumeção.

O governador dera batalha. Vencera. Surgiam mais heróis a seu lado. Quando libertou a fortaleza viu o que lhe entregavam. Era uma ruína, um montão de destroços, sagrados pelo sangue dos bravos que parecia ter ligado, poderosamente, o cimento e as pedras enquanto durara a batalha, desunindo-as depois da derrota do inimigo.

D. João de Mascarenhas, com a sua cabeleira até aos ombros, as barbas encanecidas, caindo-lhe sôbre o peito da armadura amolgada, recebia nos braços o chefe que o salvara da morte, para que conhecesse, em vida, a glória imarcessível da defeza de Diu.

Quando o bravo passou ao Reino o grande guerreiro quiz vê-lo e tratou-o como um irmão. Escrevia a D. Alvaro, para que lhe assistisse :

«Vay-se embarcar para o reino, rogo-vos muyto que lhe façais o mesmo tratamento que á minha pessoa e não consintais que tenha outra pousada senam a vossa, porque alem delle o merecer, espero em Deos, que tornará muito cedo a estas partes a emendar meus descuydos.»





## SEXTO QUADRO

# O PENHOR DE D. JOÃO DE CASTRO

**E**STAVA exausto o erário e era indispensável reconstruir a fortaleza de Diu, para que o inimigo não zombasse dos bravos cujo esforço se perderia. Por todo o Oriente se avigorava a alta fama do nome português, tanto sob o impulso grandioso das armas, que D. João de Castro soubera impôr, como perante as acções temerárias e santas do jesuíta Francisco Xavier.

O governador, com a sua integridade romana, dirigia-se aos povos, mediante os vereadores e juizes, confessando a sua penúria de recursos, pois todos se consumiam na guerra, e solicitava-lhes o dinheiro suficiente para edificar o castelo consagrado na luta sem par:

«eu tenho a fortaleza de Diu derribada até ao cimento, sem se poder aproveitar um só palmo de parede, de maneira, que não só-



## D. JOAO DE CASTRO

mente é necessário fabrica-la este verão, de novo, mas ainda de tal arte e maneira que perca as esperanças El-rey de Cambaya de em nenhum tempo a tomar.»

Mostrava, depois, como o potentado, teimosamente, recompunha o seu exército, insistindo na pressa com que carecia de certa somma de dinheiro, «pelo que vos peço, muito por mercê, que porquanto isto importa ao serviço de El-Rey Nosso Senhor, e por quanto cumpre a vossas honras e lealdades, levardes avante vosso antigo costume e grande virtude que he acodirdes sempre ás estre-mas necessidades de S. Alteza, como bons e leaes vassallos seus, e pelo grande e entranhavel amor, que a todos vos tenho, me queraes emprestar vinte mil pardaus, os quaes vos prometto como Cavalleiro e vos faço juramento dos Santos Evangelhos de volos mandar pagar antes de hum ano, posto que tenha e me venhão novas opressões e necessidades mayores de que ao presente estou cercado.»

Queria ainda assegurar melhor as suas palavras, dando ao seu acto uma solene retumbância, com que êle, pobre de dinheiro, mostrasse aos crêdores a certeza do honrado pagamento.

Evocava a sombra dum herói, para garantia de seus dizeres :

«Eu mandei desenterrar Dom Fernando, meu filho, que os Mouros mataram nesta fortaleza pelejando por serviço de Deos e de El-Rey Nosso Senhor, para vos mandar empenhar os seus ossos, mas acharão-no de tal

maneira, que não foy licito inda agora de o tirar da terra; pelo que não me ficou outro penhor, salvo as minhas proprias barbas, que vos aqui mando por Rodriguez de Azevedo; porque como já deveis ter sabido eu não posuo ouro nem prata, nem movel nem cousa alguma de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas, somente huma verdade seca e breve, que Nosso Senhor me deu.»

Naquela época a barba constituía qualquer coisa de sagrado. Quando uma vergonha alanceava algum homem digno ou um luto o pungia, deixava crescer os pêlos do rôsto, considerados como o símbolo do orgulho ou do desespêro. Nos próprios ditos do povo se marcavam os valores dêsses chamados «bens de raiz» que se transformavam em insígnias nobres. Dizia-se: «quem não tem barba não tem vergonha.»

D. João de Castro, enviando os cabelos de seu rosto severo àqueles de quem se tornava devedor, como que chancelava uma ordem de pagamento seguro, doando-lhes, mais do que a vida, a alma, a fé, a honra.

Garantia, com a mais do que excelsa acção, tudo quanto lhe confiassem. Não era um pueril desabafo, mas um autêntico penhor, um extraordinário sêlo colocado sôbre a sua carta sublime.

Mandava-lhes entregar, de futuro, o rendimento dos cavalos, mas a segurança da divida assinava-a com aquêles reféns que muito se prezavam por serem provenientes das faces altivas e nobilíssimas do pelejador.

Reconstruía-se a fortaleza com o oiro emprestado pelo povo, e as mulheres, despojan-

do-se das jóias, das suas pedrarias, atavios e recordações, acudiam a aumentar as quantias necessárias para que um castelo fortissimo renascesse daquêla ruína regada de sangue e reveladora de mortificações.

O guerreiro manifestava-se dum decisivo modo. Os índios continuavam na rebeldia e êle, soltando-se da piedade, ante as audácias, ordenara a D. Manuel de Lima que destruísse toda a costa de Cambaia, arrasasse os lugares dos temerários e, atravessando os litorais, exercendo a pilhagem das naus, fizesse ver ao sultão como os portuguezes castigavam as insolências.

Ordenara que António Moniz Barrêto se apoderasse logo das fustas dos cambaianos carregadas de oiro ou de provisões, não poupando as equipagens. Labutava entre a calça da fortaleza que se erguia, a olhos vistos, esperando, emfim, vêr o inimigo em sossêgo.

Assim que se fechou a última abóbada partiu para Gôa onde o chamavam os negócios do império, deixando em Diu, com a guarnição renovada, seis navios poderosos, do comando de D. Jorge de Menezes, alçado a capitão da praça forte.

Vencera. Conseguira dominar os poderosos exércitos do Oriente em tórno daquêles muros sagrados que nem mesmo derruídos lhes pertenciam.

Os moradores da capital que Afonso de Albuquerque fundara, na sua portentosa visão dum soberbo império, decidiram-se a receber, em cerimónia pública, o honrado e severo governador.

Ser-lhe-ia grato como uma apoteóse romana aquêle preito dos vassallos de D. João III.



Também na augusta Roma, que tanto admirava, se consagravam os guerreiros nas pompas dos triunfos.

Bem o merecera. Consentiu na ovação. Submetia-se à vontade dos populares, talvez menos por si, do que pelo significado da solenidade aos olhos da soldadesca.

Por toda a parte se engalanaram as casas; bréchou-se a muralha para dar passagem ao herói. As arruelas dos Castros, os emblemas marciais, as divisas da nobreza do grande guerreiro palpitavam nas signas e nos balsões, esmaltavam-se nas cobertas e colchas riquíssimas, bem como nas bandeiras içadas nos mastros do grande número de navios que pejavam as águas. Erguera-se uma fortaleza, semelhando a que se evocava. Gôa reproduzia as parêdes escalavradas de Diu, ao explodirem sob as bombardas.

D. João de Castro aguardava em Pangim o momento de gozar a vista de tantas maravilhas com que lhe consagravam o soberbo heroísmo.

Ao chegar saudaram-no com tantas salvas que mais parecia ter rebentado uma cruenta guerra, do que tratar-se duma apoteótica recepção. Acudira toda a gente; as praças estavam repletas de forasteiros e os vereadores, segurando às varas do pálio rico, fôram louvar o chefe que tanta honra lhes dera.

O herói deteve-se em frente dos magistrados, ao som das bombas, das artelharias e dos sinos. Reverentemente lhe tiraram da cabeça a gorra de veludo listrado, para lhe collocarem na fronte a corôa cívica, entretecida de louros. Entregaram-lhe uma palma. Era a glorificação.

## D. JOAO DE CASTRO

Entre a nobreza, a clerezia, os militares e a populaça, querido como um pai, vitoriado como um soberano vencedor, aquêlê homem simples, de alma romana, recebera uma homenagem como jámais se fizera outra no Oriente.

Arrastavam-se, na sua presença, as bandeiras do inimigo; seguiam-no os prizioneiros cobertos de vergonha e tolhidos de cadeias.

Alguns tinham sido grandes capitães de Coge Çofar e de Rumeção; outros apenas soldados, mas havia-os de todas as castas: turcos, árabes, indianos e lascarins.

Aprendera-se uma grande porção de artelaria e entre ela formidáveis engenhos de guerra que não desmereciam dos tomados, notando-se a que se denominaria, através dos tempos, a peça de Diu<sup>(1)</sup>, a qual representava naquela época um valor temível.

Recebiam-no na Cathedral entre as pompas litúrgicas; soavam as vozes, em hossanas; o prelado mandara que se celebrasse um soleníssimo *Te-Deum* e assim a Igreja dava sua sanção aos feitos do famoso vencedor.

Pelo anoitecer entrara em seus Paços. Ao evocar a glória sentia a pobreza.

O seu amigo, o grande apóstolo, andava por longe, procurando outros triunfos menos esplendorosos para a vista dos humanos, mas que deviam contar no seio divino.

Francisco Xavier, teria por corôa a au-

---

(1) Esta peça existe ainda no Museu de Artelaria. É de bronze e lançava balas de 50,5 quilos de pêso. Tem uma legenda na qual se marca a data da sua construção, 29 de maio de 1533. Foi enviada para a metrópole pelo governador Nuno da Cunha e colocada no castelo de Lisboa. Chamavam-lhe o *Tiro de Diu*.

réola dos santos; por palma a dos martírios sofridos na sua peregrinação de sacrificado, agradecido aos espinhos da tortura para maior glória de Deus.

As guerras continuavam. Os soberanos da India faziam os maiores esforços para se libertarem dos portuguezes.

O Hidalcão, ao sentir que o governador andava por longe, empenhado nas batalhas do cêrco e, logo, nas da fortaleza, retomara as armas e lançara-se em luta para a posse de Bardez e Salsête

Apenas se poudo defender o forte de Ratchal; o inimigo raziava os territórios quando, em seguida à apoteóse, o illustre chefe se decidiu à reconquista.

Reuniu três mil soldados metropolitanos, enquadrou entre êles os naires do rei de Cochim, fiel aos dominadores, e o inimigo desapareceu nas florestas. Foi tormentosa a perseguição, mas chegou a vitória, enquanto rebentavam as insurreições defronte de Diu. Já D. João de Mascarenhas partira para o Reino; baldadamente se procurava um governador para o substituir. Era o cargo mais difícil de preencher, e tanto que o herói via-se obrigado a participar ao soberano as indecisões dos officiais ante tal missão. Retomou o poderio; iam continuar os seus tormentos nas guerras. Bateu-se, hora a hora; continuou as boas obras militares, sentindo a necessidade de vencer pelo temor. Seu filho D. Alvaro também se cobrira de glória.

Os potentados sentiam como o homem virtuoso se transformava num juís inclemente. Já não esperavam cousa alguma de sua tolerância. Era implacável.



## D. JOAO DE CASTRO

No Oriente percebeu-se ser impossível escapar dos guantes de ferro dos capitães portugueses.

A mourisma, acorrida como que para uma guerra santa, submetia-se sob a violência e quando o Hidalção voltou a combater, o consagrado herói deu o exemplo, passando à frente das hostes para arrancar a corôa da cabeça do infiel. Os turcos sofreram as derrotas bravamente marcadas e jámais o governador se deteve na sua freima de castigar.

Diu consagrara-lhe o valor e a nobreza, a coragem e a rigidez do ânimo.

Sendo a praça forte que melhor cimentava o domínio português, aureolou com as chamas da pólvora a fronte nobilíssima do vencedor, saudoso das árvores da sua quinta de Sintra, a-pesar-de cercado de pompas.





## SÉTIMO QUADRO

# O FIM DO HERÓI

**B**ATIDO, mais uma vez, o Hídalção, o governador sentiu a intranquilidade doutros régulos e potentados. Pretendia afirmar uma definitiva posse, assegurando, pela fôrça, os direitos que êles não queriam reconhecer-lhe. Começou as devastações nos lugares das revoltas; enviava os capitães mais audazes para os feitos de terror, sentindo, como nunca, os erros da sua antiga clemência.

Os orientais não compreendiam a guerra leal, e às concessões do guerreiro, a essa bondade, à tolerância, que não caíam bem entre os rebeldes, chamavam medo, fraqueza ou cálculo, quando muito. A luta consistia na destruição cabal ou em nunca perdoar. A vitória ou era completa, inteiriça, segura, ou não existia a seus olhos. O triunfo em Diu alarmara-os; porém, logo pretenderam tirar novos e melhores resultados da acção empreendida.

Congregavam os diversos povos para o ataque; as revoluções iam alastrando e o governador, dispondo-se a punir, foi obrigado à

## D. JOÃO DE CASTRO

violência máxima. Esmagava os audaciosos e quando entrou em Pangim, ao cabo das batalhas contra o gentio de Cambaia, após os incêndios de Pate e de Patane, D. João de Castro, compreendeu não lhe ser permitido repousar.

Voltara o Hidalcão contra Dabul. O chefe ilustre passára a Gôa com a vitória, quando recebeu notícias da metrópole.

D. João de Mascarenhas chegara a Lisboa, numa armada do seu comando. Correram as novas da tomada de Diu e os louvores subiram desde o povo, em ardências, até aos fidalgos impelidos pela opinião rumorosa.

Ninguém deixava de consagrar o esforço do ilustre batalhador que enviara a Aden seu filho D. Alvaro, a-fim-de, mais uma vez, impôr as armas dos portugueses.

O Monarca e a Rainha, envergando as suas vestes de gala, ajoelharam na capela real, agradecendo ao Altíssimo tanta ventura. Aquêla defeza de Diu, a reconstrução do baluarte, toda a epopeia da luta, constituía a base mais natural do poderio português de além mar. Foi oficialmente participada ao Pontífice a vitória obtida naquêlas paragens onde Francisco Xavier ia espalhando, como um santo, a palavra divina.

Nêsse meio tempo aparecia na Côrte a carta que o herói dirigira ao Soberano, relembrando o Reino e a saudade em que vivia da casa de seus maiores. Sintetisaram-na assim: «pedia a El-Rei duas geiras de terra que partem com a sua quinta de Sintra e rematam em um pequeno cabeço, que ainda hoje conserva o nome do Monte das Alviçaras.»<sup>(1)</sup>

(1) Jacinto Freire de Andrade. *Vida de D. João de Castro.*



Respondeu-lhe, D. João III, em letras honrosas e gratas. Quebrava-se o desdém dos reis pelos seus servidores nas plagas longinquas. O taciturno príncipe sabia recompensar.

Entregava-lhe a vice-realeza da Índia, por três anos, findos os quais poderia volver-se ao Reino, a descansar na sua casa solarenga da Penha Verde. A Rainha D. Catarina também desejou dizer do seu apreço pelo notável homem de guerra que enchia de lustre o reinado. Sómente o detinha ainda no seu posto «pola grande falta que lá poderia fazer em tal tempo vossa pessoa.»

Agradecia-lhe as suas oferendas, numa inguagem deliciada:

«Com o benjoim das boninas e com todas as mais cousas que me enviaste por Lourenço de Tavora, recebi muito prazer, por ser tudo tão bom, que bem parece ser enviado com tão boa vontade, a qual eu ainda mais estimo e tudo vos agradeço muito.»

O grande amigo do vice-rei, o sábio Infante D. Luís, acorrera, a manifestar o seu enorme júbilo, numa missiva entusiasta:

«Agradeço-vos muito dizerdes-me que vos parecerão bem as lembranças que vos fazia e muito mais o pôrdelas em obra: e bastava para eu o crer que seria assi, ainda que vos eu não conhecera, ouvir o que lá fazeis e ver que, com a boca cheia me escreveis vossos trabalhos, pobreza e abstinencia, cousas com que se vence o Diabo, o Mundo e a carne que nessas partes da Índia tem tanto poder.»

Aconselhava-o a aceitar, pelos três anos

## D. JOÃO DE CASTRO

da lei, o cargo que o Soberano lhe entregava, terminando dêste modo:

«E confiay em Deos que vos dará força para poderdes com os grandes trabalhos e desordens da India e eu espero nelle que fazendo-vos assi, venhaes encher estes picos da serra de Cintra, de Ermidas e de vossas victorias e que visiteis e logreis com muito descanço vosso.»

Ao filho que lhe restava ao cabo de tantas pelejas dava-se a patente de capitão-mór do mar da India.

Não se enchera de riquezas o homem que se tornara o árbitro dos reinos orientais.

Assim como Francisco Xavier vestia o seu hábito esfarrapado e atravessava as ondas sustentando-se dos produtos da terra, do mesmo modo o vice-rei vivia da maneira mais frugal.

Era excessivamente caridoso; não podia saber duma dôr sem a consolar. Despojava-se dos seus bens, a-fim-de acudir aos desditosos e, achando fôrça indômita para castigar, também encontrava santidade em seu coração para o uzo dos benefícios como se, em vez de guerreiro, fôsse um apóstolo.

Seu corpo, cansado de tantas lides, abatia-se, pouco a pouco. Uzara-se, em demaziado esforço, nas suas campanhas; consumira tão rudemente as energias como soubera apurar a alma em sublimidades.

A medida que se fazia a paz no Oriente voltava-lhe a antiga ternura pelos homens e pelas cousas. Parecia arrepende-se das crueldades necessárias mas perturbadoras de suas horas íntimas.

O dever de guerreiro parecia-lhe mal ante a consciência e o valoroso capitão, que sustentara, valentemente, a honra do nome português e o império, lembrava mais um monge, ávido das glórias celestiais, do que um batalhador formidável. Sentia a morte a aproximar-se e, volvendo os olhos, encontrava a pobreza, a necessidade, a miséria.

O érrario servia para a manutenção dos dirigidos, nanja para os regálos do governador.

Já não encontrava alentos para a gerência do Estado. Quiz que Francisco Xavier lhe assistisse, mas o digno e virtuoso jesuíta andava por longe quando lhe fez o seu apêlo.

Convocou o bispo, D. João de Albuquerque; D. Diogo de Almeida Freire; o doutor Francisco Toscano, chanceler-mór; o ouvidor geral, Sebastião Lopes Lobato e o védor da fazenda, Rodrigo Gonçalves Caminha, e entregou-lhes o govêrno. O seu grande valor, a sua portentosa coragem, realizara a paz. Era o bastante. Poucos seriam os trabalhos dos que iam dirigir os negócios do Oriente, substituindo o vice-rei enfermo. Também quiz que o escutassem os representantes do braço popular. Eram os vereadores. Chamou, ainda, os prelados de S. Francisco, o vigário frei António do Casal e lamentava a ausência do que mais bem-queria, o qual apareceu de repente.

Francisco Xavier, sabedor da doença do vice-rei, acorrera, precepidamente, e ainda a ponto de ouvir os dizeres do singular homem de guerra. D. João de Castro, nos haustos da agonia, movendo os lábios por entre as cãs honradas das quais fizera penhor de sua palavra, exprimia-se dêste modo:



## D. JOÃO DE CASTRO

«Nam terey, senhores, pejo de vos dizer, que ao Viso-Rey da India faltam nesta doença as comodidades, que acha nas hospedarías o mais pobre soldado.

Vim a servir, não vim a commerciar ao Oriente, a vós mesmos quiz empenhar os ossos de meu filho e empenhey os cabellos da barba, porque para vos assegurar, não tinha outras tapeçarias nem baixellas.

Hoje não houve nesta casa dinheiro, com que se comprasse uma gallinha; porque nas armadas que fiz, primeiro comião os soldados os salarios do governador, que as soldadas de seu Rey; e não he de espantar, que esteja pobre um pay de tantos filhos. Peço-vos que, emquanto durar esta doença, me ordeneis da fazenda Real huma honesta despeza e pessoa por vós determinada que com modesta taxa me alimente.»

Pela primeira vez um vice-rei pedia a esmola dum caldo aos que tudo deviam à sua bravura.

Despojara-se, para os servir e acalentar. Ouviam-no, em transe doloridos. Mostrava, mais do que nunca, o estóicismo dum romano.

Pedi que lhe trouxessem um missal e, ante os circunstantes, de olhos razos de água, começou o seu juramento solene de não ser «devedor á fazenda real de hum só cruzado, nem haver recebido cousa alguma de cristão, judeu, mouro ou gentio; nem para a authoridade do cargo ou da pessoa tinha outras alfayas que as que de Portugal trouxera; e que ainda a prata que no Reyno fizera, havia já gastado, nem tivera jámais possibilidades para

comprar outra colcha que a que na cama vião.» (1)

Dêste modo se exprimia o grande vice-rei da Índia, parecendo fazer uma confissão, temeroso de que a morte o levasse sem o descargo da sua nobre consciência. Contava que mandara fazer uma espada, com algumas pedras preciosas, a qual dera a seu filho D. Alvaro, a-fim-de passar ao Reino. Quizera vêr escrita num termo esta sua declaração, a-fim-de não haver dúvidas sôbre o que comunicava.

Concluía, num arranco:

«Se alguma hora se achar outra cousa, que El-Rey, como a perjuro, me castigue.»

Chegara ao fim. Deparou junto do seu leito com o rôsto que mais lhe agradaria naquêlo transe. O soldado não tinha mêdo da morte. Centenas de vezes a encarara, ousadamente. O vulto que surgia à beira da sua cama também de sobra ofertara a vida, em situações trágicas. Era Francisco Xavier, o confessor de D. João de Castro. Um seria um santo do céu; o outro ganhara a santidade cívica.

Nunca uma agonia pôz tam juntos dois heróis. Encerrados no aposento, enquanto a cidade se silenciava, tomada de pezar, falaram, de almas abertas. Guardou-se da História o que travaram de conversação entre si. Naturalmente disseram palavras para Deus e para a Pátria, enquanto a implacável destruidora se achegava para esmagar um, deixando o outro ainda exposto aos lances dos martírios, docemente agradecido.

O vulto do jesuíta, ao surgir no limiar da

---

(1) Jacinto Freire de Andrade. *Vida de D. João de Castro*.

## D. JOÃO DE CASTRO

alcôva do vice-rei da Índia, anunciava o seu passamento. Tangeram os sinos; ralharam as peças; rugiram o bronze e a pólvora. O apóstolo ia sumir-se nas suas jornadas, fazendo a conquista de mais almas para a Fé e nos lugares do perigo esperava encontrar a paz para o seu espírito e a auréola da santidade.

O herói, que desejara repousar à sombra das árvores da sua quinta da Penha Verde, seria sepulto no Oriente, que vencera.

Ele bem suplicara ao Rei: «de maneira, Senhor, que cumpre muito a Vossa Alteza não me ter mais tempo que trez annos; e á minha consciencia recolher-me outra vez aos matos da serra de Cintra, para dar alguns dias a Deos de quantos annos me tem levado o mundo.»

Não viu mais as suas árvores amadas (1).

Seu corpo foi trasladado para o Reino, dando-se-lhe sepultura no convento de S. Domingos de Bemfica. Quatro dos seus netos o conduziram, aos hombros, e os bons freis o albergaram; porém, a alma de D. João de Castro, devéras saudosa daquélas penhas sob as quais desejara ter jazida, deve penar entre a alfombra das ramagens habitadas pelas aves innocentes que alegam com o seu melodioso cântico o pacifico refúgio do guerreiro.



---

(1) Faleceu em 8 de Junho de 1548.



